O “grande mural” dos anos 1970: memórias e construção de sentidos nas retrospectivas de *Veja* e *Isto É*

Juliana Miranda da Silva¹

Resumo: A partir da análise das edições de *Veja* e *Isto É* publicadas ao final da década de 1970, este trabalho objetiva identificar a construção de determinados sentidos atribuídos ao conceito de democracia nas narrativas das referidas revistas. Verificou-se que por meio de diferentes estratégias, como as seleções elaboradas nas edições de retrospectivas, os semanários agenciam interpretações dos acontecimentos que corroboram para o entendimento de que a normalidade democrática e o fim do período ditatorial deveriam se dar de maneira conciliatória. Assim, enquanto determinados movimentos sociais passaram a ser classificados pelas revistas como ações de “radicais” e “baderneiros”, ou simplesmente foram excluídos das pautas, o voto direto figurou como maior expressão de exercício da democracia.

Palavras-chave: Democracia, imprensa, narrativas midiáticas.

The “big mural” of the seventies: remembrances and construction of meanings in the retrospectives of *Veja* and *ISTO É*

Abstract: From the analysis of editions of *Veja* and *Isto É* published in the late 1970s, this work aims to identify the construction of certain meanings attributed to the concept of democracy in the narratives of those journals. It was verified that through different strategies, such as the selections elaborated in retrospective editions, the weekly newspapers interpret the events that corroborate the understanding that democratic normalcy and the end of the dictatorial period should be done in a conciliatory manner. Thus, while certain social movements came to be classified by the magazines as “radicals” and “troublemakers”, or they were simply excluded from the guidelines, the direct voting was seen as a greater expression of the exercise of democracy.

Key words: Democracy, press, media narratives.

Artigo recebido em 24/03/2017 e aprovado em 01/04/2017.

A democracia como valor comum

Entre os anos de 1960 e 1970, as revistas de informação multiplicaram-se no mercado editorial brasileiro, diferenciando-se do jornalismo dos periódicos diários justamente por se colocarem como “intérpretes” da sociedade. Enquanto o jornal de tiragem diária tem sua preocupação voltada ao “furo” ou à notícia em primeira mão, a revista com periodicidade semanal ou mensal propõe disponibilizar aos seus leitores a

O “GRANDE MURAL” DOS ANOS 1970: REMEMORAÇÕES E CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS NAS RETROSPECTIVAS DE *VEJA* E *ISTO É*

JULIANA MIRANDA DA SILVA

informação contextualizada, interpretada. Criam-se narrativas com vistas ao encadeamento dos fatos, nos quais a síntese dos acontecimentos passados pode ainda, supostamente, clarear cenários futuros.

Além da triagem realizada ao longo de cada edição, ao final de determinados períodos, ocorre uma outra seleção, na qual são elencados os acontecimentos considerados dignos de rememoração. Tais períodos, podem fazer referência ao calendário, como nas retrospectivas anuais, por exemplo, ou podem remeter a outras referências usadas para demarcar inícios e termos de ciclos políticos e econômicos, mandatos etc. Dessa forma, quando temporalidades são estabelecidas para atribuir sentidos e realizar ordenamentos, a ideia de linearidade temporal dá lugar à percepção do tempo como construção cultural^{II} e às possibilidades de manejos do passado no presente. São nesses momentos em que o passado é revisitado, trazendo à tona acontecimentos entendidos como memoráveis, em que a imprensa faz uso de seu poder de reescrever na cena pública marcos considerados históricos, consoantes a determinados interesses e pretensões.

Ao reconhecer, segundo Paul Ricouer, a relação de reciprocidade entre temporalidades e narrativas, admitimos também a existência de uma pluralidade de práticas comunicacionais. No caso das narrativas midiáticas observamos ao mesmo tempo a representação de ações humanas ocorridas no tempo organizadas através de atos narrativos que também estão inseridos em perspectivas temporais. Sob tal perspectiva, se há ação e não há narração, também não haveria representação do acontecido. Dessa forma, conforme Ricouer, narrar é uma forma de estar no mundo. As mídias corroboram para ordenações temporais, monumentalizando e transformando em memória ou silenciando e relegando ao desconhecimento ou ao esquecimento, tendo em vista o seu poder de alcance ao grande público, que toma conhecimento de acontecimentos, principalmente do cenário político por meio de suas narrativas.

Veja e *Isto É*, periódicos de maior tiragem no segmento de revistas de informação na época, e objetos da presente análise, elaboraram suas retrospectivas ao final dos anos 1970, destacando os acontecimentos no cenário político que, de acordo com seus redatores, foram marcantes na conjuntura de reabertura política. Enquanto *Veja*, lançada em 11 de setembro de 1968 e publicada pela Editora Abril esteve, portanto, presente durante toda a década, *Isto É*, lançada em maio de 1976 pelo Grupo Três participava da cobertura apenas da segunda metade da década. Cabe destacar que o jornalista itálo-brasileiro Mino Carta atuou como idealizador e co-fundador de ambas as revistas.

Assim como em outros veículos da imprensa, a postura contrária aos arbítrios cometidos pela ditadura era constantemente adotada naquele momento, em oposição ao apoio prestado a tomada do poder pelos militares na década anterior, explicitado por diferentes veículos da grande imprensa. A democracia era, naquele momento entendida como um valor comum, embora possuísse diferentes significados, atribuídos por diferentes grupos. A análise das revistas no referido período demonstrou que além de intérpretes da realidade para seus leitores, os periódicos colocavam-se também como representantes e veículos de fomento à cidadania e à democracia.

O presente estudo^{III} é parte de uma análise maior que contempla os anos de 1974 a 1988, período demarcado pela posse do presidente General Ernesto Geisel, que sinalizou seu interesse em realizar a abertura política, até os anos de trabalho da Assembleia Nacional Constituinte, que culminaram na promulgação da Constituição. A análise aqui apresentada concentra-se no período entre 1979 a 1980, quando as revistas *Veja* e *Isto É*, rememoraram a década, interpretando o encadeamento de acontecimentos

O “GRANDE MURAL” DOS ANOS 1970: REMEMORAÇÕES E CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS NAS RETROSPECTIVAS DE VEJA E ISTO É

JULIANA MIRANDA DA SILVA

no cenário político brasileiro, ao mesmo tempo em que construíam em suas narrativas determinados sentidos para a democracia e cidadania. Assim, entendendo a imprensa escrita como local privilegiado para a análise das temáticas inscritas na cena pública ao longo da abertura política, objetiva-se discutir a presença de determinados modelos de democracia e cidadania que estavam sendo construídos e em alguns casos remodelados nas narrativas das revistas *Veja* e *Isto É*, ao serem reforçados nas retrospectivas elaboradas ao final da década de 1970.

Por meio de projeções e expectativas embasadas nas suas interpretações dos acontecimentos da década findada, as revistas lançam seu olhar sobre a década nascente. Por isso, esta análise contempla as edições de dezembro de 1979, quando foram lançadas as retrospectivas e o primeiro semestre de 1980, tendo em vista a quantidade de referências ao passado recente, seja como fomento a um otimismo em prol da retomada de direitos e da devolução do poder executivo aos civis, ou como justificador da lentidão da abertura e da manutenção de retrocessos e radicalismos desfavoráveis a consolidação democrática.

O fim da década e os rumos da distensão

Em texto clássico^{IV}, Pierre Nora afirma que nossa época distingue-se de outros tempos, justamente pela capacidade de encontrar o presente vivido dotado imediatamente de um sentido histórico. Segundo ele, tal democratização da história, na qual ocorreu uma circulação generalizada de percepção histórica trouxe o *acontecimento* como especificidade. Para se tornar histórico, o acontecimento, como identificado por Nora, precisa vir a ser de conhecimento público, sendo os meios de comunicação os agenciadores capazes de selecionar o que virá a ser noticiado, ou seja, o que será entendido como propício a ser um *acontecimento*.

Ao final da década de 1970, as revistas *Veja* e *Isto É* elaboraram suas retrospectivas, nas quais elencavam os acontecimentos e figuras consideradas de maior importância e destaque do período. Dada a transformação no cenário político, devido ao projeto de abertura, muitos dos destaques selecionados referenciaram eventos ligados à transição. A crise econômica, seus desdobramentos e influências do cenário internacional também foram sublinhados. Em alguns momentos, a abordagem de ambos os semanários é bastante próxima, enquanto em outros, as opiniões e os acontecimentos destacados distanciam-se. Todavia, a prioridade em ambos os periódicos pareceu estar pautada em, a partir daquele momento, construir um sistema democrático no qual o voto direto seria simbolicamente responsável pela anseada “normalidade política”, onde, escolhidos como representantes da maioria, os candidatos eleitos passariam então a ser os responsáveis pela efetivação da democracia.

Para *Veja*, mesmo que a década tenha encerrado sem que fosse efetivada a devolução do poder aos civis, movimentos considerados “radicais” em nada poderiam auxiliar à abertura. As greves que se multiplicaram pelo país nos anos finais da década, passaram a ser classificadas nesses momentos retrospectivos como movimentos ilegítimos, de baderdeiros. Em suas narrativas, a revista reiterava a conciliação da sociedade como caminho único para o estabelecimento da normalidade democrática. Na edição de 5 de dezembro, realizou críticas veementes ao episódio que viria a ser conhecido como *Novembrada*, no qual, em visita a Florianópolis, o presidente João Figueiredo foi agredido por manifestantes no centro da cidade, quando populares gritavam frases contra a ditadura e dirigiram ofensas à figura do presidente. Para *Veja*, os sentidos de democracia e os rumos da abertura foram questionados no episódio, pois:

O “GRANDE MURAL” DOS ANOS 1970: REMEMORAÇÕES E CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS NAS RETROSPECTIVAS DE VEJA E ISTO É

JULIANA MIRANDA DA SILVA

A esse ritmo, não há abertura política que aguarde – seria a mais redonda das ilusões imaginar que democracia é isso mesmo e que, afinal, estas são coisas que acontecem. Democracia não é isso e quando essas coisas começam a acontecer é sinal de que a democracia, ou seja lá o que for, está indo muito mal. É bom dizer, desde logo, que a abertura política não se faz no meio da rua e que um presidente da República não pode ir discutir com a multidão.^V

É possível observar que, do ponto de vista de *Veja*, os significados de democracia, dado o momento de transição, ainda eram confusos. Mas, transparece seu descontentamento com a abertura política feita “no meio da rua”. Ainda segundo a revista, as emissoras de televisão foram “recomendadas” a não exibirem imagens do “entrevero” entre os manifestantes – chamados de “grupos de radicais” – e o presidente. Um dos funcionários de Rede Globo havia informado à revista que a palavra “proibido” não havia sido usada, que fora apenas uma recomendação, que se escolheu seguir^{VI}.

A última edição do ano foi, efetivamente uma seleção dos “acontecimentos da década”, na qual *Veja* detalhou suas intenções em interpretar o conjunto de acontecimentos daqueles últimos anos:

Em “Os Anos 70” *Veja* não pretendeu fazer história nem escrever um tratado de sociologia ou ciência política, mesmo porque este não é o trabalho de jornalista; também não houve a pretensão de apresentar tudo o que aconteceu entre janeiro de 1970 e dezembro de 1979. O objetivo foi levar ao leitor uma reflexão sobre o que os anos 70 significaram – que mudanças trouxeram em relação ao passado, que perspectivas abriram em relação ao futuro, que ensinamentos podem ter deixado. Nesta dimensão, mais importante que relacionar episódios é mostrar o que querem dizer sua soma e combinação.^{VII}

Em seu editorial^{VIII} fora mencionado ainda, que aquela edição era um “grande mural” do que foram os últimos anos e que, da mesma forma como ocorrera em 1969, a retrospectiva serviria para “fechar a década”. Em outras palavras, findado o período, o semanário passava a década a limpo, retomando de maneira interpretada os eventos passados.

No cenário econômico, o maior destaque foi dado à crise do petróleo e seus impactos sobre o Brasil e o mundo, delineando expectativas de problemas do mesmo teor para a década seguinte. A retrospectiva política destacou a eleição de 1974 para deputados federais e senadores, na qual a expressiva votação conquistada pelo MDB^{IX} teria, segundo a revista, “rachado a década ao meio”, por representar um momento de transformação que continuaria a ser moldado ao longo dos anos seguintes. A tortura e a censura, bem como a ação de grupos terroristas contrários à ditadura também foram considerados destaques da década. Ao tratar de tais assuntos, a revista elaborou críticas a “radicalismos” cometidos por ambos os lados. O radicalismo parece ter se tornado a grande preocupação da revista, que volta a condená-lo ao tratar das conquistas femininas ao longo da década e ao discutir os movimentos da sociedade civil, como o novo sindicalismo e as greves que marcaram os anos de 1978 e 1979. O movimento estudantil, mesmo tendo recebido grande cobertura entre os anos de 1977 a 1979, ficou de fora da retrospectiva da década.

O “GRANDE MURAL” DOS ANOS 1970: REMEMORAÇÕES E CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS NAS RETROSPECTIVAS DE VEJA E ISTO É

JULIANA MIRANDA DA SILVA

Isto É também construiu sua retrospectiva, na qual destacou a atuação de Luís Inácio da Silva e Raymundo Faoro, duas figuras do cenário político como as mais influentes da época. Lula, por sua liderança diante de “uma fatia do proletariado brasileiro que começa a ficar consciente de sua força e sequiosa por participação” e Faoro por sua coragem ao ter sido a voz “forte, destemida” da OAB^X. Outras personalidades como a do jornalista Vladimir Herzog, entendido como um “destaque involuntário” devido a sua morte, em 1975, tornar-se um marco das reações civis contra o arbítrio, os presidentes Ernesto Geisel e João Figueiredo e “seu principal conselheiro”, o Golbery do Colto e Silva, Dom Paulo Evaristo Arns, identificado como “o mais político dos cardeais brasileiros” e o líder do MDB, Ulysses Guimarães. Segundo a revista, os destaques foram dados tendo em vista o poder, a coragem, a habilidade e até mesmo a paciência das personalidades.

“Sufoco”, “crises”, “violência”, “frustrações” estiveram entre as expressões usadas para adjetivar a década por *Isto É*. Destacou-se a atuação do movimento dos trabalhadores que, em face às consequências do “milagre econômico”, que concentrou renda, achatou os salários e abriu o país ao capital internacional, serviu para mobilizar a classe trabalhadora, que ousou enfrentar, segundo o semanário, como nenhum outro grupo, o gradualismo da abertura. Além disso, o movimento trouxe à baila discussões acerca da tutela estatal sobre os trabalhadores, o conservadorismo do empresariado e fez emergir do próprio movimento autocríticas quanto à organização e a necessidade de ampliar a participação política, inclusive por meio da criação de um partido dos trabalhadores.

A narrativa de *Isto É* em seus diferentes artigos da edição que aborda retrospectivamente a década de 1970 baseia-se em demarcações temporais que distanciam os anos iniciais da década, marcados por “tempos sombrios de intolerância e violenta repressão”, com os anos finais nos quais, mesmo que entre avanços e retrocessos, a abertura política vislumbrava-se como uma realidade possível. Mesmo em meio ao relato das mazelas sofridas pelo povo e por ele mesmo durante a década, Mino Carta diz não se queixar dos últimos anos, dando a entender que as dificuldades enfrentadas são distintas, mas sempre pertenceram ao dia a dia dos brasileiros. Em tom significativamente mais pessimista, o cientista político Francisco Weffortt identifica nos avanços uma “miragem de liberdade”, exemplificando a aprovação da Lei de Anistia, que deixaria em pune os responsáveis pela morte e desaparecimento de dezenas de brasileiros e a reforma partidária, que na sua visão, não passaria de uma manobra destinada a dividir e enfraquecer a oposição.

A atuação das revistas ao longo da década também aparece nas retrospectivas, dando ao leitor a ideia de que parte da história política nacional é, transversalmente, a história das próprias revistas. Para *Veja*, em circulação desde setembro de 1968, a década representava sua “implantação” definitiva na imprensa brasileira e destacava que a tiragem do semanário alcançava naquele mês o número de 370 000 exemplares.

Os números de tiragem de *Isto É* também foram divulgados em dezembro de 1979. A revista surgira naquela década, no ano de 1976, e contava com números bem mais modestos do que *Veja*, mas salientava seu contínuo crescimento no segmento de revistas de informação e entendia como acertada a escolha realizada em 1977, quando passou de circulação mensal para semanal. Segundo a edição de 19 de dezembro de 1979, a quantidade de exemplares estava em torno de 100.000 por tiragem, mas que mesmo assim, *Isto É* não se entendia como portadora de um “papel secundário” dentro na imprensa nacional. A preocupação com a contínua qualidade das análises oferecidas a

O “GRANDE MURAL” DOS ANOS 1970: REMEMORAÇÕES E CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS NAS RETROSPECTIVAS DE VEJA E ISTO É

JULIANA MIRANDA DA SILVA

seus leitores, realizadas por profissionais especializados, correspondentes e a defesa de total liberdade de informação eram apregoadas por ambas as revistas.

A partir dos acontecimentos elecandos como de maior importância na década, as revistas traçavam expectativas quanto ao momento final da transição. Enquanto *Veja* valorizava as ações governistas em prol da abertura, *Isto É* utilizava-se dos mesmos acontecimentos para questionar quanto tempo ainda seria necessário esperar para que, enfim, se consumasse a devolução do governo do país a um presidente civil. Em 5 de março de 1980, o diretor de redação de *Veja*, José Roberto Guzzo pontuava ser fato “que, por onde o governo passou, abriu – e só ele abriu” e que “ou se aceita isso, ou então, vai ficar cada vez mais difícil fazer política nesse país”^{XI}. A capa desta edição trouxe uma cédula eleitoral sob o título de “O triunfo do voto”, fazendo referência à emenda constitucional assinada pelo presidente João Figueiro, na qual eram extintos os senadores “biônicos”^{XII}, criados pelo Pacote de abril de 1977. A emenda também definia que seriam diretas as eleições para o cargo de governador no ano de 1982 e eram anunciadas “profundas transformações” na Lei Falcão, que regulamentava a propaganda eleitoral. Para a revista, tais medidas significavam um longo passo na abertura política “conduzida pelo governo”.

Ainda sob o clima da entrada na nova década, em 19 de março de 1980, *Veja* publicou reportagem de autoria do então diretor-adjunto da revista, Elio Gaspari^{XIII}, acerca da trajetória do Chefe de Gabinete Civil da Presidência da República, General Golbery do Couto e Silva, destacando sua atuação política na última década. A extensa reportagem não economizou nos títulos atribuídos ao general que, entre outros, foi chamado de “o mago da abertura”, “o fabricante de nuvens”^{XIV} e o “conservador que deu forma e conteúdo” ao projeto de abertura. Elio Gaspari fez uso de uma retórica semelhante em sua coleção de livros sobre a ditadura, elaborados principalmente a partir do fundo documental que o General Golbery legou ao jornalista^{XV}. O fim da censura à imprensa, articulações que levaram ao fim do AI-5 e o combate à radicalização proposta pelo general Sylvio Frota estão entre os feitos que, segundo a revista, colocavam-no como um dos principais artífices da transição moderada pelo governo. O texto jornalístico constrói a imagem de um general intelectualizado, mas pouco elegante no vestir e no portar-se à mesa, de um escritor de “texto torturado, barroco e maçante”, mas irônico e bem-humorado no falar e que, justamente por suas posturas liberalizantes e supostamente contrárias à grande concentração de poder perpetrada com o AI-5, acumulara inimigos dentro da corporação militar. Destaca-se também que as intenções de Golbery defendiam que a abertura, sempre arquitetada para que ocorresse de forma lenta, gradual e segura, tivesse começado em 1972, pois assim, teria coincidido com um período de maior otimismo, fruto do desenvolvimento da época. Abreu e Lattman-Weltman^{XVI} identificam que, entre as interpretações do sentido histórico da transição, uma delas confere certa continuidade de valores, que mesmo mal compreendidos ou postos em suspensão, dados os entraves não previstos, mantiveram-se nas perspectivas dos líderes do regime. Nesse sentido, os artífices do golpe, militares ou não, aparecem como aqueles capazes de garantir a ordem contra as ameaças à segurança nacional e a transição seria uma continuidade desse processo, incorrendo assim, em uma minimização das significativas transformações sociais operadas desde os primeiros anos do regime.

Veja seguiu defendendo que o momento não deveria ser de enfrentamentos ou revanchismos contra atos cometidos no passado e via na anistia de 1979, diferentemente da opinião apresentada por Francisco Weffort em *Isto É*, anteriormente citada, um gesto simbólico da disposição por parte do governo em ceder rumo ao entendimento nacional.

O “GRANDE MURAL” DOS ANOS 1970: REMEMORAÇÕES E CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS NAS RETROSPECTIVAS DE VEJA E ISTO É

JULIANA MIRANDA DA SILVA

Assim, defendia que para que mantivessem abertas as vias de transição, a oposição também deveria ceder, olhando menos para o passado e mais para o futuro. Perdão e esquecimento eram valores que, nas narrativas da revista, aparecem como os alicerces para esse “novo” e “democrático” Brasil que surgia no *horizonte de expectativa* da revista. *Veja* reforçava um discurso adotado principalmente a partir de 1979, no qual a crítica ao autoritarismo deu lugar a recorrentes elogios e votos de confiança ao governo militar. Elogiando a “medida acertada” do presidente Figueiredo acerca da exoneração do general Antônio Carlos de Andrada Serpa do cargo de Chefe do Departamento Geral de Pessoal do Exército (DGP), que reincidira em fazer críticas à permissividade dada pelo governo brasileiro à ação das multinacionais, a revista sugere que a lei estava sendo aplicada de forma isonômica tanto para um cidadão comum como para um militar que exercia cargo de chefia em um Ministério:

É um alívio, para o país, constatar que gestos de indisciplina entre os militares são firmemente coibidos com a aplicação do princípio de autoridade – e que militares descontentes com o governo não geram mais crises políticas, apenas são punidos de acordo com as leis. É tudo muito simples: o general Serpa, como qualquer cidadão brasileiro maior de idade e em dia com suas obrigações, tem todo o direito a seus pontos de vista; também como qualquer cidadão brasileiro, ele está sujeito ao que determina a lei. Como o general Serpa vinha ferindo a lei, ao insistir em seus pronunciamentos políticos, não havia outra coisa a fazer senão exonera-lo^{XVII}.

A onda de greves, que fora um dos principais assuntos destacados nas revistas entre os anos de 1978 e 1979, continuara a ser noticiada no início do ano de 1980. Em campanha realizada na própria revista, *Isto É* dava sinais de que acreditava na continuidade dos movimentos contestatórios, pois dizia aos leitores que uma forma de arma para mais um ano de luta era a assinatura do semanário.

E, de fato, os movimentos continuaram a acontecer. Diferentemente de *Isto É*, *Veja* passou a minimizar a força das lutas trabalhistas. O apoio da Igreja Católica aos grevistas do ABC paulista, principalmente durante os meses iniciais de 1980, bem como as ações repressivas, foram entendidas na edição n. 608 como um jogo de forças, no qual o movimento grevista dava “sinais de exaustão”, dado o crescente número de trabalhadores que voltavam às fábricas nos dias anteriores. Para a revista, não restavam dúvidas quanto à superioridade das forças do governo. Em contrapartida, a opção da Igreja em “fazer política”, disponibilizando espaço e voz aos trabalhadores foi construída ao longo daquela edição com desestruturada e questionável:

A Igreja, pelo que deixaram claro suas notas e, sobretudo seus atos da semana passada, não aceita mais a ordem social e política vigente no país – mais que apoiar as reivindicações dos operários, no caso específico da greve do ABC, disseram os padres, interessa à Igreja Católica defender alterações de fundo na sociedade brasileira. Não se indicam com clareza, quais alterações seriam essas, nem como fazê-las. (...) Muito se discute se a Igreja deve ou não fazer política. Eis aí uma questão que a própria Igreja tem de decidir por si – quem está fora de seu circuito não tem nada a ver com isso. Só se espera que, uma vez tendo decidido fazer política, a Igreja a faça direito.^{XVIII}

A edição não se aprofundou em temas que pudessem demonstrar o que *Veja* entendia por “fazer política direito” ou os parâmetros utilizados para a análise quanto ao engajamento da Igreja. Mas é possível compreender que, pela repetição das narrativas

O “GRANDE MURAL” DOS ANOS 1970: REMEMORAÇÕES E CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS NAS RETROSPECTIVAS DE VEJA E ISTO É

JULIANA MIRANDA DA SILVA

acerca da abertura, a revista entendia que a ação política deveria ocorrer pela via tradicional, ou seja, por meio de representantes e partidos políticos, fora das ruas, sem perturbação da ordem ou paralelamente ao poder do Estado.

Para Francisco Carlos Teixeira da Silva^{XIX}, o governo esperava que, depois de promulgada a Lei de Anistia, em 28 de agosto de 1979, a oposição perderia sua bandeira de mobilização popular, garantindo que o regime controlaria o processo de abertura política. Entretanto, a grande afronta à autoridade do presidente Figueiredo e, conseqüentemente, a desestabilização da abertura moderada viria, segundo o historiador, por meio de insubordinações e atentados provocados por setores da própria corporação militar, que nunca fora uma instituição de pensamento único, abrigando diferentes ideologias, entre as quais, grupos extremistas, mas que ainda assim, conseguiria permanecer no poder até 1985.

Segundo Gustavo Moraes Rego Reis^{XX}, que ocupou a chefia do Gabinete Militar durante o governo do Presidente Geisel, havia três comportamentos característicos por parte dos militares em relação ao projeto de abertura: aqueles que eram contra, sob quaisquer aspectos, os que eram favoráveis, mas contrários ao ritmo e a velocidade com que o projeto vinha sendo implementado e aqueles que não se definiam ou não se pronunciavam, sendo estes o grupo de maior número. Observamos assim, que mesmo sob o viés do corporativismo, que uniu e fortaleceu os militares, estes, não deixaram de defender encaminhamentos distintos após a tomada do poder.

O ano de 1980 foi marcado por uma série de atentados à bomba, incêndios em bancas de jornal e sequestros, que além de mortos e feridos legaram um generalizado ambiente de temor. Os atentados eram dirigidos a alvos, que de alguma forma, estavam ligados à esquerda, entre eles, o sequestro do jurista Dalmo de Abreu Dallari, ex-presidente da Comissão de Justiça e Paz da arquidiocese de São Paulo e o ataque a tiros ao prédio onde funcionavam a sede estadual do Partido dos Trabalhadores e a seção paulista do Comitê Brasileiro de Ética. O número de atentados foi aumentando com o passar dos meses, espalhando-se por diversos estados. Pichações, arrombamentos, ameaças telefônicas e cartazes advertiam contra a disseminação de ideias comunistas. As revistas registravam que a escalada crescente de atentados permanecia impune e que as ações dos terroristas estavam cada vez mais ousadas:

Centenas de jornalheiros de seis Estados Brasileiros continuaram recebendo panfletos avisando-os de que suas bancas seriam destruídas se insistisse em vender publicações “que divulgavam ideias comunistas”. Dezenas de bancas dos subúrbios cariocas de Ramos e Campo Grande tiveram seus cadeados inutilizados (...). A impunidade fez crescerem, também, a violência e a ousadia: em Madureira e Vila Isabel, no Rio, dois homens a bordo de um Passat preto ameaçaram pessoalmente vários jornalheiros.^{XXI}

Assim, se a década de 1970 havia terminado com qualquer resquício de certeza acerca da possibilidade de consolidação da transição no início dos anos 1980, a sucessão de eventos violentos desmobilizava qualquer narrativa otimista. Entretanto, a expectativa para a realização das eleições de 1982 traria novamente nos textos das revistas analisadas, o reforço de um modelo democrático pautado na representação política via voto, em valores liberais, na negociação e esquecimentos a fim de evitar excessos e radicalizações.

Considerações finais

O “GRANDE MURAL” DOS ANOS 1970: REMEMORAÇÕES E CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS NAS RETROSPECTIVAS DE VEJA E ISTO É

JULIANA MIRANDA DA SILVA

A seletividade para a produção de uma nova edição, seja de um jornal diário ou de revistas semanais ou mensais, pressupõe que, em meio a uma grande quantidade de eventos, alguns receberão destaque, outros serão tratados com menos ênfase e, outros ainda, simplesmente ficarão de fora. A cada nova edição, os veículos de mídia impressa reconfiguram informações acerca de eventos passados recentemente ou há mais tempo, articulando-as ao que é apresentado como assuntos imediatos. Assim, invocam um passado que nunca está pronto, podendo ser modificado, de acordo com os interesses de um dado momento, sendo usado para dar a inteligibilidade necessária para a narrativa construída acerca deste ou aquele acontecimento. Conforme abordado anteriormente, ao selecionar as notícias a serem publicadas, tantos outros eventos são silenciados e não se tornam um acontecimento, justamente por não se tornarem públicos.

O enfraquecimento da censura possibilitou à imprensa ampliar a pauta de críticas ao regime, problematizando questões que tanto traziam à tona novas demandas de grupos descontentes, como possibilitou a inscrição na cena pública de interesses consoantes a determinados grupos. Há que se levar em conta que a imprensa escrita, aqui alvo de análise, conta com anunciantes, que incluem o próprio governo. Assim, o que em um primeiro momento pode causar estranheza quando, ao analisarmos uma série de edições, verificamos críticas serem sucedidas pelo apoio a ações governistas, passa a ser compreendido com maior clareza quando temos em mente a ideia de que a imprensa é também empresa.

Ainda ao considerar o caráter corporativo da imprensa, compreende-se que para além do espaço de elaboração de denúncias e de veículo àqueles que não encontram outros canais de reivindicação, interesses ligados a um determinado projeto de nação figuram nas suas páginas. As preferências por uma via de democracia liberal, na qual o poder do Estado seja exercido por representantes eleitos, limitando também assim a participação cidadã por meio do voto, sem grandes agitações sociais são características facilmente identificadas nas páginas das revistas analisadas.

Se *Isto É*, naquele momento contava com análises mais profícuas realizadas por historiadores, sociólogos, cientistas políticos e outros estudiosos das Ciências Humanas, *Veja*, ainda apostava na coletividade para a criação de seus artigos, o que pode ser entendido como necessário ao crivo final do editor chefe que “compreende” o que deve ou não aparecer na revista mais lida do país. Contudo, em seus editoriais *Veja* prestava elogios aos exímios jornalistas que compunham sua equipe, anunciando sempre que possível a “qualidade” do material que chegava às mãos de seus leitores.

Em momentos de elaboração de retrospectivas, tanto são rememorados acontecimentos, reiterando sua importância, como são realizados esquecimentos, deixando de fora eventos que podem não condizer com os rumos das narrativas criadas pelas revistas. Também há que se considerar a amplitude do desencadeamento do que fora noticiado, quando pode haver apoio ou crítica na análise, diferentes da opinião adotada na retrospectiva.

Para além da grande heterogeneidade dos movimentos que emergiram no período, há que se considerar o agenciamento de valores comuns em prol de maior participação política e pela seguridade de direitos que vinham sistematicamente sendo violados, por meio do aparato repressivo que agia em nome da “segurança nacional”. Ignorados nos cenários públicos tradicionais, os movimentos sociais buscaram articulação em novos espaços de atuação social e política, encontrando na imprensa escrita, que então já usufruía de certa liberdade, se comparada aos anos iniciais da ditadura, um veículo para a divulgação de suas ideias e propostas. Todavia, o que sinalizou a análise das edições de fim de década diz respeito ao fato de que na maioria

O “GRANDE MURAL” DOS ANOS 1970: REMEMORAÇÕES E CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS NAS RETROSPECTIVAS DE VEJA E ISTO É

JULIANA MIRANDA DA SILVA

dos casos os destaques são dados a figuras ligadas ao poder tradicional e individualmente, deixando de considerar a prática cidadã por meio de movimentos coletivos. Em outras palavras, os destaques são personalizados, dando menor destaque ao poder das ideias e das ações quando mobilizados e articulados em grupo.

A construção de projeções para novos períodos também esteve presente nas retrospectivas, que buscam delinear no presente os possíveis resultados de processos iniciados no passado. Assim, a interpretação da realidade vendida aos leitores, inclui a prospecção de um porvir. Tomemos os exemplos das edições do início da década de 1980, nas quais narra-se as possibilidades de democratização na década nascente ao mesmo tempo em que as análises do passado recente ainda estão latentes, norteando possíveis rumos.

Obejtivou-se evidenciar que esteve presente nas narrativas das revistas, guardadas as particularidades de cada semanário, a defesa da retomada democrática por uma via que prezava pela reconciliação nacional, evitando-se grandes rupturas ou transformações na estrutura social. Por fim, cabe sublinhar as inúmeras possibilidades de investigação a partir da análise da imprensa escrita como fonte de pesquisa historiográfica.

Notas

^I Doutoranda em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). O texto foi produzido com financiamento da CAPES.

^{II} KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Puc/Rio: 2006.

^{III} A pesquisa realizada deu origem a dissertação de mestrado, defendida em 2014.

^{IV} Refiro-me ao seguinte texto NORA, Pierre. *O retorno do fato*. IN: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. História: Novos Problemas. Rio de Janeiro, Francisco Alves Editora, 2ª edição, 1979, p.180.

^V *Veja* n. 517 5 dez. 1979 p. 19.

^{VI} Desde 1976, vinha-se acompanhando um abrandamento na política de censura aos meios de comunicação. Atitude adotada pelo presidente Ernesto Geisel, defensor da abertura, desde que controlada inteiramente pelo governo militar.

^{VII} *Veja* n. 590 26 dez. 1979, p. 9.

^{VIII} Em *Veja*, o editorial é chamado de Carta ao leitor.

^{XIX} Sigla para o partido Movimento Democrático Brasileiro, considerado a oposição consentida durante a ditadura, enquanto a ARENA – Aliança Renovadora Nacional abrigava os apoiadores do regime.

^X *Isto É*, n. 156 19 dez. 1979, p. 3.

^{XI} *Veja*, n. 600 05 mar. 1980, p. 15.

^{XII} Apelido dado aos senadores escolhidos pelo governo, que não foram eleitos por meio de voto.

^{XIII} Usualmente a revista *Veja* não identificava o nome dos jornalistas responsáveis pelas reportagens. Entretanto, em alguns casos como em matérias especiais, entrevistas ou artigos que traziam informações exclusivas, o nome dos jornalistas que trabalharam na redação e edição era mencionado na “Carta ao Leitor”, o editorial da revista.

^{XIV} Na análise da revista, Golbery não fazia chover, mas criava as nuvens que teriam tal função. A analogia era referente a atuação estratégica do general, no sentido de garantir a segurança para a distensão política.

^{XV} Refiro-me aqui à série de quatro livros sobre a ditadura militar e seus personagens, que fora dividida em duas partes, composta por quatro volumes. Nos dois primeiros, *As Ilusões Armadas*, na qual estão *A Ditadura Envergonhada* e *A Ditadura Escancarada* e por último, os volumes *A Ditadura Derrotada* e *A Ditadura Encurralada*, que compõem a segunda parte chamada de *O Sacerdote e o Feiticeiro*.

^{XVI} ABREU, Alzira Alves de & LATTEMAN-WELTMAN, Fernando. Uma instituição ausente nos estudos de transição: a mídia brasileira. In: ABREU (org.) *A democratização no Brasil: atores e contextos*. Rio de Janeiro, Editora FGV: 2006.

^{XVII} *Veja* n. 607, 26 abr. 1980, p. 19.

^{XVIII} *Veja* n. 608 30 abr. 1980 p. 15.

O “GRANDE MURAL” DOS ANOS 1970: REMEMORAÇÕES E CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS NAS RETROSPECTIVAS DE VEJA E ISTO É

JULIANA MIRANDA DA SILVA

-
- ^{XIX} SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Crise da Ditadura Militar e o processo de abertura política no Brasil (1974-1985) In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves Delgado(Org.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.*
- ^{XX} Utilizo-me do depoimento dado aos pesquisadores do CPODC-FGV, que resultou no livro *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura.* Introdução e organização Glaucio Ary Dillon Soares, Maria Celina D'Araujo, Celso Castro. Rio de Janeiro: Relume - Dumará, 1995. 328p.
- ^{XXI} *Veja* n. 621, 30 jul. 1980, p. 26.

Referências Bibliográficas

ABREU, Alzira Alves. *Jornalismo Cidadão.* Revista de Estudos Históricos. Rio de Janeiro, n° 3, 2003, p.25-40.

ABREU, Alzira Alves de & LATTEMAN-WELTMAN, Fernando. Uma instituição ausente nos estudos de transição: a mídia brasileira. In: ABREU (org.) *A democratização no Brasil: atores e contextos.* Rio de Janeiro, Editora FGV: 2006.

BARBOSA, Marialva Carlos. *Comunicação e História: presente e passado em atos narrativos.* Comunicação, mídia e consumo. São Paulo, vol. 6 n. 16 p11-27, jul. 2009.

D'ARAUJO, Maria Celina (Org.) *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura.* Rio de Janeiro: Relume - Dumará, 1995. 328p.

NORA, Pierre. *O retorno do fato.* IN: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. *História: Novos Problemas.* Rio de Janeiro, Francisco Alves Editora, 2ª edição, 1979, p.180.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.* Rio de Janeiro: Contraponto; Puc/Rio: 2006.

RICOEUR. Paul. *Tempo e Narrativa* (Tomo 1). Campinas, SP: Papirus, 1994.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Crise da Ditadura Militar e o processo de abertura política no Brasil (1974-1985) In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves Delgado(Org.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.*

SILVA, Sonia Meneses. *A operação midiográfica: a produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação – a Folha de São Paulo e o golpe de 1964.* Tese. Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense. 2011.